

INTERNACIONALIZAÇÃO NA ESTEIRA DA AVALIAÇÃO REGULATÓRIA DA PÓS-GRADUAÇÃO NO BRASIL¹

EDINEIDE JEZINE

Universidade Federal da Paraíba (UFPB), João Pessoa, Paraíba, Brasil

WLLY ANNE FEITOSA BARBOZA

Universidade Federal da Paraíba (UFPB), João Pessoa, Paraíba, Brasil

RESUMO: O texto discute o processo de internacionalização como um critério avaliativo de excelência acadêmica na Pós-graduação em Educação no Brasil. Parte da premissa que educação e o desenvolvimento socioeconômico se constituem em metas e políticas na agenda da globalização e políticas neoliberais a partir das recomendações dos organismos multilaterais de financiamento. Nesse contexto, analisa os critérios avaliativos estabelecido pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) para a distinção dos Programas de Pós-graduação em Educação e regulação os critérios de excelência acadêmica. Os dados foram coletados na Plataforma Sucupira, a partir de uma abordagem analítica que demonstra a classificação dos Programas e as assimetrias regionais, havendo maior grau de internacionalização em Programas situados nas regiões Sudeste e Sul, consoante ao desenvolvimento econômico e social da região.

PALAVRAS-CHAVE: Pós-Graduação; Avaliação; Internacionalização.

INTRODUÇÃO

A vinculação da educação ao desenvolvimento social e econômico, ao longo do avanço do capitalismo, tornou-se um elemento de proximidade para o alcance de metas, sejam elas políticas e/ou educacionais. A relação, acentua-se na implementação de políticas neoliberais, no processo de globalização e mundialização do capital; no atendimento às demandas de formação requeridas pelo mercado; na emergência da sociedade do conhecimento sob a visão técnico-burocrático-economicista, de controle dos produtos e instrumentalização da educação em função do desenvolvimento do capital (Dias Sobrinho, 2004; Barreyro, 2018).

A globalização, como um fenômeno social, cultural, político e econômico, é apreendida como “a intensificação das relações sociais em escala mundial” (Giddens, 1991), modificando a própria percepção acerca da modernidade, uma vez que “a modernidade é inerentemente globalizante”. Sob a lógica da quebra de fronteiras, que rompe e recria o mapa do mundo (Ianni s/d), a educação ganhou olhares de valioso capital econômico, pela adequada distribuição de recursos e/ou elaboração de políticas públicas, ou mesmo pela “acreditação” ou “valoração” para orientar o mercado consumidor de serviços. Por conseguinte, sob a lógica global e neoliberal de mercado, a educação se constitui um produto, que precisa ser avaliado e regulado no controle de oferta e em sua qualidade.

No limiar da oferta para o mercado de bens e serviços, a formulação de políticas educacionais está associada à expansão de políticas avaliativas e à implementação de novas e mais sofisticadas estratégias de regulação do fazer e pensar educacional. O alinhamento das políticas educacionais aos princípios da globalização demanda a internacionalização do conhecimento sob a perspectiva da exigência de qualidade e inovação tecnológica, em um processo contraditório de ampliação do acesso e diminuição das desigualdades sociais.

No que tange a educação superior, a busca da qualidade e excelência toma maiores proporções em todo o mundo, realizado o novo modelo de universidade, a *World Class University* (Universidades de Classe Mundial - UCM), Universidades de Excelência, que dentre outros elementos, se caracteriza pela expansão dos sistemas de educação superior; pela internacionalização a partir de processos de mobilidade e cooperação internacional; diferenciação e flexibilização das Instituições de Educação Superior (IES); ampliação das modalidades de ensino como a finalidade de competir no mercado global de ensino (Thiengo; Bianchetti, 2018).

As universidades de Classe Mundial inserem-se em um conjunto de medidas que indicam mudanças na estruturação dos sistemas de educação superior, tendo a pesquisa como produto final aplicável; a busca pela excelência implica instituições fortes no conjunto do capital financeiro, formadas a partir de aglomerados institucionais e captação de cérebros brilhantes que possam gerar inovação e tecnologia. Sob essa lógica, a avaliação pautada em *rankings* contribui para a formulação de estratégias de reconhecimento de potenciais sucessos, que, em geral, estão associados a um elevado *status* de classe.

A internacionalização da educação superior ganha destaque, no âmbito da elaboração do “Documento de orientação para a mudança e o desenvolvimento no ensino superior” (Unesco, 1995) que aponta três tendências ao sistema, a expansão quantitativa, a diversificação das estruturas institucionais e as restrições financeiras, considerando como preocupação o fosso entre o desenvolvimento dos países e as condições do ensino superior e da investigação. Em resposta, aponta uma nova visão para o ensino superior a partir de três palavras-chave: relevância, qualidade e internacionalização. A internacionalização do ensino superior corresponde à dinâmica dos processos de globalização econômica e cultural, a emergência da ideia de desenvolvimento global, reforçada pela ideia de cooperação acadêmica, compreensão intercultural, meios de comunicação globalizantes e novos mercados consumidores.

E, sob o auspício da solidariedade, a internacionalização constitui-se como critério avaliativo, instrumento de controle de cursos e instituições, regula, para além da oferta, a excelência acadêmica sob a perspectiva da relevância e qualidade. De modo que a instituição e o produto decorrente, nas diferenças das áreas de conhecimento, correspondem ao valor de cada área no mercado de bens e serviços e/ou ao *status* profissional que elas imprimem, aliados ao capital cultural/social do indivíduo em suas escolhas, as quais refletem costumes, como uma espécie de herança social/cultural, ainda, que respeitada a autonomia dos campos sociais.

A pós-graduação brasileira, ao incorporar as dimensões da internacionalização, relevância e qualidade para avaliar a ideia de excelência acadêmica dos Programas de

Pós-graduação torna, o critério da internacionalização como um instrumento de classificação e indutor de políticas e práticas, que em muito desconsideram as diferenças de desenvolvimento social às quais programas de pós-graduação se inserem.

Nessa perspectiva, o texto é uma análise da avaliação da pós-graduação, tomando como o indicador internacionalização, na área da Educação em que se discutirá como esse indicador pode vir a se constituir uma ratificação das desigualdades sociais já existentes, em razão da grande influência exercida pelo capital cultural/social e assimetrias que distanciam os programas da chamada excelência acadêmica.

A PÓS-GRADUAÇÃO BRASILEIRA E A AVALIAÇÃO SOB O VIÉS DA *DISTINÇÃO*.

Desde as décadas de 1940 e 1950 a educação vinha sendo influenciada por teorias econômicas, com forte motivação da Escola de Economia de Chicago na defesa do livre mercado e, principalmente, no que diz respeito à ideia de que a educação teria reflexos diretos no crescimento econômico, influenciando o trabalho e a política. Também, a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), o Banco Mundial (BM) e o Fórum Econômico Mundial (FEM) que ratificam a ideia do capital humano, que instigou, sobretudo, a OCDE, a defender políticas educacionais baseadas em habilidades, fomentando a percepção de que o “investimento em educação faz com que a economia cresça e que as disparidades de salários diminuam” (Spring, 2018, p. 10). Nesse sentido, a educação seria o investimento capaz de melhorar o capital humano, que contribuiria para o crescimento econômico.

A resposta à crise econômica, em 1973, sob a hegemonia do capitalismo, foi a busca da minimização da atuação do Estado, no tocante às políticas sociais e de proteção, no que se refere aos gastos sociais e intervenções econômicas. Para a retomada do crescimento econômico, o modelo político e econômico do neoliberalismo é a dotado como caminho viável, sob a perspectiva ideológica da modernização e racionalização das ações do estado que deve objetivar o fim do desemprego e inflação. Nesse conjunto, a ciência, a tecnologia e a informação constituem-se em forte alinhados às forças produtivas do capitalismo, chamadas ao desenvolvimento rápido de habilidades técnica e científica numa larga faixa da população.

Dois atores mundiais fomentam essa visão: a Organização Mundial do Comércio (OMC), na qual inseriu a compreensão da educação como serviço no Acordo Geral de Comércio e de Serviços; e a Comissão Europeia, que ao buscar discutir a constituição da União Europeia, debateu como a Europa competiria no mercado globalizado de educação (Lima; Azevedo; Catani, 2008).

A criação do Espaço Europeu do Ensino Superior a partir do processo de Bolonha (1999) induziu a mobilidade de docentes e estudantes, sob a perspectiva interativa e competitiva da oferta de formação ao nível mundial. Os países adeptos do Tratado de Bolonha comprometem-se com a expansão do ensino superior (Graduação, Mestrado e Doutorado); assegurar a qualificação e as aprendizagens a estrangeiros e reforçar a qualidade e a relevância do ensino.

Lima, Azevedo e Catani (2008) indicam que a Declaração de Bolonha não se fez de rogada em relação à opção pelo princípio da competitividade, inclusive sob a lógica mercantil, com o intuito de que fosse criado um espaço europeu de educação superior integrado e competitivo. Entende-se que, para além de uma decisão de gestão

educacional, o processo de Bolonha caracteriza-se como uma ação política de fortalecimento do espaço europeu e transnacionalização do ensino superior.

O Processo de Bolonha objetivava, pois, “harmonizar” os sistemas universitários nacionais, de modo a equiparar graus, diplomas, títulos universitários, currículos acadêmicos e adotar programas de formação contínua reconhecíveis por todos os Estados-membros da União Europeia, pois “o texto da Declaração de Bolonha não se revela nada enigmático quanto à opção pelo princípio da competitividade em termos não só de emulação, de eficiência e de financiamento, mas também de lógica mercantil” (Lima; Azevedo; Catani, 2008, p. 10).

No contexto brasileiro, a internacionalização, em razão da ideia de modernização da educação superior promovida pelas organizações multilaterais, como o BM e a OCDE, ao ser adotada como critério avaliativo para os Programas de Pós-Graduação, ganha o predicativo de inserção internacional e regional, como peso e objetivos distintos entre as áreas, mesmo entre as pertencentes ao mesmo colégio.

Para Dahler-Larsen (2011, p. 169) vivemos o momento da Sociedade de Auditoria, ou seja, uma “sociedade engajada em constantes verificações e controles, uma sociedade de auditoria regida por um estilo particular e formal de prestação de contas” (tradução nossa). É, pois, uma sociedade preocupada em administrar riscos e obter garantias, que abriu caminho para o que o autor chamou de “máquinas de avaliação”, que devem funcionar de maneira previsível e confiável.

A sociedade de auditoria baseia sua avaliação não em processos de avaliação efetuados sob medida, desenhados retrospectivamente (com todas as suas complicações), mas em critérios, indicadores, guias, manuais e processos pré-desenhados (Dahler-Larsen, 2011, p. 170, tradução nossa).

A consolidação da Pós-graduação se entrelaça com o desenvolvimento da pesquisa científica, podemos considerar como marco a criação da Coordenação de Pessoal de Ensino Superior (CAPES) atualmente, responsável pelo fomento e avaliação dos cursos e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ), responsável pelo incentivo às carreiras e à produção acadêmica, ambos na década de 1950. A internacionalização na Pós-graduação, foi tomando forma com a mobilidade de docentes e discentes, trocas de conhecimento em pesquisa, política de formação como parte do planejamento das instituições, atingindo a capacidade de competição transfronteiriça pelas melhores mentes, maiores recursos e tecnologias inovadoras.

Guiada pelo Plano Nacional de Pós-Graduação 2011-2020 (VI PNPQ) afirma a concepção de avaliação pautada em resultados “a avaliação deveria ser baseada na qualidade e excelência dos resultados, na especificidade das áreas de conhecimento e no impacto dos resultados na comunidade acadêmica e empresarial e na sociedade” (Brasil, 2010, p. 36). Desta feita, as recomendações alinham-se à proposta de índices de qualidade e excelência, os quais refletem, dentre outros indicadores, o impacto da inovação tecnológica no mundo globalizado e competitivo, pautado em modelos internacionais de avaliação e impacto social e econômico.

Somente com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei n.º 4.024/61) passou-se a classificar e discriminar os cursos superiores em cursos de graduação, de pós-graduação e de especialização, aperfeiçoamento e extensão, o que fortaleceu, em certo modo, as atividades de pesquisa e os esforços pela organização da ciência brasileira, com a criação de programas de mestrado e doutorado.

A avaliação dos Programas de Pós-Graduação no Brasil tem sido recorrente, com o escopo de promover o crescimento, a melhoria e a consolidação desse nível de ensino no país e, subsidiar as decisões relativas aos programas e políticas de apoio à Pós-graduação (Brasil, 2020). Um processo avaliativo, que se aprimora a medida do tempo histórico da governança e dos interesses do capital. De modo que a avaliação é anunciada e adotada como uma estratégia de regulação, como assim se manifestou Newton Sucupira, ainda, nos anos 1980.

Após quase 20 anos de funcionamento, impõe-se uma avaliação rigorosa e ampla de nossa pós-graduação. Uma tal avaliação teria de ser feita em duas direções. Primeiramente, mediante uma análise detalhada das condições de funcionamento dos cursos (qualificação dos professores, conteúdos programáticos, regime de estudos, bibliotecas, análise do valor das teses e dissertações, bem como de sua relevância, etc.). A segunda seria a determinação precisa da qualidade do produto (Sucupira, 1980, p. 17).

A CAPES desenvolveu a sistemática de avaliação com o objetivo à certificação da qualidade da Pós-graduação brasileira, em que os resultados objetivam a distribuição de bolsas e recursos para o fomento à pesquisa, bem como a identificação de assimetrias regionais e de áreas estratégicas do conhecimento no Sistema Nacional da Pós-Graduação (SNPG). Este, por sua vez, visa a formação pós-graduada de docentes para todos os níveis de ensino, a formação de recursos humanos qualificados para o mercado e o fortalecimento das bases científica, tecnológica e de inovação (Brasil, 2020a).

Dentre as funções de avaliação e formação, cabe a CAPES, também, a definição de diretrizes, estratégias e metas para o desenvolvimento e avanço de políticas de Pós-graduação e pesquisa no Brasil. O V Plano Nacional de Pós-Graduação (2005–2010), já elencava a expansão da cooperação internacional, o combate às assimetrias, a formação de recursos humanos para a inovação tecnológica, com ênfase na formação de docentes para todos os níveis de ensino (Brasil, 2010, p. 15-16). Nota-se, maior incentivo às instituições para as políticas de cooperação internacional e de formação de recursos humanos no exterior, intercâmbio entre alunos e professores e a possibilidade de captação de recursos junto às agências de fomento internacionais.

Nestes termos, a avaliação é incorporada à Pós-graduação como uma ação prática inerente a sua natureza, constituindo-se *habitus*, um produto da interiorização dos princípios de um arbitrário cultural capaz de se perpetuar após o cessar da ação pedagógica, dessa forma conservando nas práticas os princípios do arbitrário interiorizado. E, as estratégias emergem como ações práticas, inspiradas pelos estímulos de uma determinada situação histórica, de forma que grande parte das ações dos indivíduos seria, na verdade, o produto de um encontro entre o *habitus* e um campo,

socialmente determinado, com influência diretamente nas ações, comportamentos e escolhas individuais (Bourdieu, 2008).

A avaliação, ao definir a distinção dos Programas de Pós-Graduação em notas e/ou grau de distinção, diferencia-os quanto aos objetivos, finalidade e alcance. Para Bourdieu (2008) a ideia de igualdade de oportunidades, justiça social e meritocracia supostamente promovida pela educação, é enxergada como uma legitimadora de privilégios sociais, o que nos permite uma análise mais crítica da avaliação, voltada para as diferenças naturais dos indivíduos, que acaba por legitimar, também, uma espécie de julgamento cultural ou moral de programas com atributos, completamente distintos.

É, sob a perspectiva da avaliação como o fim da distinção que o próximo quadriênio avaliativo, que iniciou em 2021, consolida o caráter multidimensional da avaliação, concepção já iniciado na avaliação da quadrienal 2017/2020 abrangendo, dentre outros aspectos, a internacionalização, com o fito de valorizar investimentos realizados pelos programas. Para tanto, o indicativo é estabelecer relações institucionais com programas de outros países, para fluxo de discentes e pesquisadores, dupla titulação de discentes, oferta de disciplinas conjuntas e/ou em outros idiomas, etc., na busca pela excelência em padrões internacionais.

Nestes termos, procede compreender quais as indicações, que se constituem critérios avaliativos da internacionalização, que compõe a dimensão inserção internacional e regional.

A INTERNACIONALIZAÇÃO COMO CRITÉRIO AVALIATIVO PARA OS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO

Os indicadores avaliativos da internacionalização, também preceituado no VI Plano Nacional de Pós-Graduação (PNPG 2011–2020), reforçam a observância de aspectos como o financiamento internacional para projetos de pesquisa sob liderança do curso/programa ou em associação, a relevância da produção em cooperação internacional, a visibilidade do curso/programa ao nível internacional conforme indicadores internacionais de desempenho, e, atratividade ao nível internacional de alunos, programas de formação de alto nível para docentes/pesquisadores (Brasil, 2020b, p. 18).

Silva Junior e Kato (2012) aduzem que a internacionalização entraria como ação necessária para integrar instituições brasileiras e internacionais e fomentar a circulação e a ampliação do conhecimento científico, principalmente nas áreas menos desenvolvidas em termos de tecnologia e inovação, priorizando o atendimento do mercado profissional, num discurso que induz à priorização, pelos órgãos de fomento, de áreas de conhecimento específicas.

Para fomentar o alcance desses objetivos foi criado o documento denominado de Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (ENCTI), 2016/2019), que listou as áreas prioritárias do governo brasileiro em termos de investimento em Ciência, Tecnologia e Inovação, as quais se destaca três eixos: Competitividade ou Cooperação, com base na busca pela participação em um mundo globalizado e pelo reconhecimento da competitividade internacional, simultaneamente à cooperação internacional;

JEZINE, E.; BARBOZA, W. A. F.

educação, pesquisa e pós-graduação, no sentido de disseminar novas tecnologias para reduzir a exclusão social e ocupacional e as desigualdades de oportunidade; e, mercado para produtos e serviços inovadores e cultura de inovação internacional (Paiva; Brito, 2019).

Desta feita o Grupo de Trabalho Internacionalização da Diretoria de Avaliação² da CAPES, além de procurar compreender as possíveis convergências e diferenças entre as diretrizes e os objetivos dos programas de fomento à internacionalização e o processo de avaliação dos Programas de Pós-graduação, explicitou a definição do termo da seguinte forma:

A avaliação da internacionalização refere-se à forma e ao conteúdo da formação oferecida pelos programas de pós-graduação, indicada por pesquisa colaborativa multilateral, divulgação da produção intelectual, mobilidade de docentes e discentes em colaboração e atuação institucional, além de condições institucionais específicas de apoio (Brasil, 2019, p. 5).

O relatório indica quatro dimensões gerais de internacionalização, que devem ser adotadas pela formação de Pós-graduação, a saber: 1. pesquisa (que tenha caráter de cooperação internacional); 2. produção intelectual (que tenha caráter de cooperação internacional); 3. mobilidade e atuação acadêmica (de discentes e docentes, estabelecendo trocas com instituições estrangeiras); e, 4. condições institucionais (planejamento estratégico, autoavaliação e atividades de governança que demonstrem o compromisso com a internacionalização) (BRASIL, 2019, p. 5-7). Para cada dimensão, o documento explicita princípios e políticas, como seus respectivos indicadores de avaliação, de modo a orientar os Programas de Pós-graduação perceberem o que melhor representa seus horizontes de internacionalização.

A Diretoria de Avaliação da CAPES, a partir da comissão responsável pela elaboração do relatório do Plano Nacional de Pós-Graduação para o período de 2021–2030, discute a dimensão Inserção Internacional e Regional e os temas centrais para elaboração do documento geral do plano. Acerca da Internacionalização anunciam a necessidade de vincular a internacionalização à política das instituições de ensino, pesquisa e extensão, às políticas de incentivo das agências de fomento, à redução das assimetrias regionais e inclusão da diversidade.

Nesses termos, ou considerando as recentes recomendações (2022) da comissão é possível inferir que o processo de internacionalização se constitui de desafios que envolve a gestão institucional e as políticas de financiamento da formação e da pesquisa para a mobilidade de pessoas, atingindo sua evolução, na internacionalização de programas e instituições, e muitas vezes, conta como o esforço individual de docentes, discentes e gestores.

Todavia, não é suficiente que os Programas adotem planos de internacionalização sem verificar se estes são, de fato, necessários e adequados à sua efetiva implementação, uma vez que a internacionalização não só amplia o reconhecimento da instituição como dos programas, considerados bem avaliados e credenciados à excelência acadêmica.

A INTERNACIONALIZAÇÃO NOS TERMOS AVALIATIVOS DA CAPES PARA A ÁREA DE EDUCAÇÃO

Conforme os dados constantes da Plataforma Sucupira³, a área de Educação no ano de 2021 possuía um total de 288 cursos de Pós-Graduação, dispostos em 138 Mestrados Acadêmicos, 95 Doutorados Acadêmicos, 52 Mestrados Profissionais e 3 Doutorados Profissionais. Registra-se o crescimento da Pós-graduação, considerando a modalidade acadêmica e profissional em 2016, registra-se 246 cursos, em 2019, 271 cursos e em 2022, 287 cursos, havendo saltos quantitativos do número de cursos de Pós-Graduação em Educação. Todavia, registra-se a perda de um curso no ano de 2022, fato que pode ser atribuído a política de junção de cursos na mesma instituição.

Vale salientar que os Mestrados Profissionais tiveram início em 2010, de forma que o quantitativo acima disposto representa um aumento vertiginoso e muito significativo, sobretudo em relação ao Doutorado Profissional, que só obteve a primeira aprovação em 2018.

A área de Educação tem, inclusive, reconhecido que a educação, apesar de ter a sua própria identidade, é, por natureza, interdisciplinar, por articular diferentes campos de conhecimento em torno de seu objeto, o que deveria ser considerado quando da composição do corpo docente dos programas, das propostas curriculares e do desenvolvimento de pesquisas (Brasil, 2019b). De modo, que diante da natureza do conhecimento, questiona-se, determinando o valor e a utilidade de uma descoberta científica no contexto das ciências da educação? Uma vez que as finalidades educativas se centram nas questões educativas, com objetivos pedagógicos, políticos e formativos.

Neste aspecto, chama atenção que há a necessidade de se aprimorar o ideal de internacionalização, pois a área tende a ver a Educação de forma mais contextualizada, considerando a relação sujeito e sociedade. E vem inserindo-se em espaços de valorização para publicações em periódicos estrangeiros, uso de línguas estrangeiras e o intercâmbio de docentes e discentes. Cenário esse, que se evidencia a partir de parcerias e interações com grupos e redes de pesquisa no exterior e, consequentemente, aumento de publicações em periódicos internacionais, orientações em cotutela, mobilidade de docentes, discentes e, etc.

Em 2016, o documento de área indicou os eixos que deveriam nortear a internacionalização dos programas de excelência, que seriam:

- a) O primeiro diz respeito à internacionalização realizada, principalmente, por meio de publicações em livros e periódicos internacionais. Trata-se de resultados de pesquisas individuais ou de grupos de professores e pesquisadores publicados em periódicos internacionais de qualidade;
- b) O segundo caracteriza a internacionalização como o desenvolvimento de pesquisas e outras atividades em rede que exigem maior envolvimento institucional do Programa e das IES. Dentre os produtos desse eixo estão também livros conjuntos e artigos em periódicos;

c) O terceiro diz respeito à atuação de pesquisadores e professores brasileiros em programas estrangeiros, na qualidade de professores visitantes, assim como de pesquisadores estrangeiros nos programas no Brasil. Nesta última modalidade, ganham destaque os cursos oferecidos nos programas de pós-graduação; e

d) O quarto eixo vem sendo desenvolvido por meio da cooperação internacional, envolvendo trânsito de alunos. Nessa linha, há cooperações com programas mais consolidados tanto nacionais quanto internacionais e recepção de alunos em programas do tipo sanduíche. Paralelamente, é ainda valorizada a relação com países menos desenvolvidos, na forma de programas de cooperação para formação em atividades desenvolvidas com a África e alguns países da América Latina (Brasil, 2016, p. 20-21).

Para mensurar o grau de internacionalização dos Programas, conforme o documento de área de 2016, deveriam ser utilizados os seguintes indicadores: 1. Pós-doutoramento e participação, como professor visitante, do corpo docente do programa, em centros de excelência no exterior; 2. Volume de professores visitantes estrangeiros recebidos pelo programa; 3. Intercâmbio de alunos com instituições do exterior (sobretudo bolsas-sanduíche); 4. Participação de docentes e doutorandos em eventos internacionais de alto nível; 5. O financiamento internacional de projetos e outras atividades; 6. Participação de docentes em comitês, consultorias, editoria de periódicos e outras atividades no exterior; e, 7) Participação em projetos de pesquisa de colaboração internacional (Brasil, 2016, p. 21).

Paiva e Brito (2019) asseveram que em um mundo onde a solicitação de apoio financeiro para pesquisa internacional com mobilidade só se justifica quando da busca por conhecimento em centros de excelência, vigora a ideia de algumas áreas de conhecimento como prioritárias. O pressuposto, explica por que a área de Educação teve pouca participação em editais de pesquisa com mobilidade para fora do país no período de 2010–2016, quando dos 2.205 editais publicados pela CAPES e pelo CNPQ, dos quais 330 (15%) contaram com participação de pesquisadores das áreas de Ciências Humanas, apenas em 68 (3,1%) eram pesquisadores da área de Educação ou (20,6%) se contarmos o quantitativo das Ciências Humanas).

Paiva e Brito (2019) analisaram, ainda, os resultados da avaliação 2013-2016 e aduzem a constatação de que os programas da área de Educação vêm se modificando, inclusive no que diz respeito à estrutura curricular, com a inclusão de linhas de pesquisa internacionalizáveis, a introdução de disciplinas passíveis de serem ministradas por professores visitantes estrangeiros, inclusão de bibliografias em língua estrangeira nas ementas e o direcionamento da mobilidade docente e discente de modo a atender indicadores de inserção internacional.

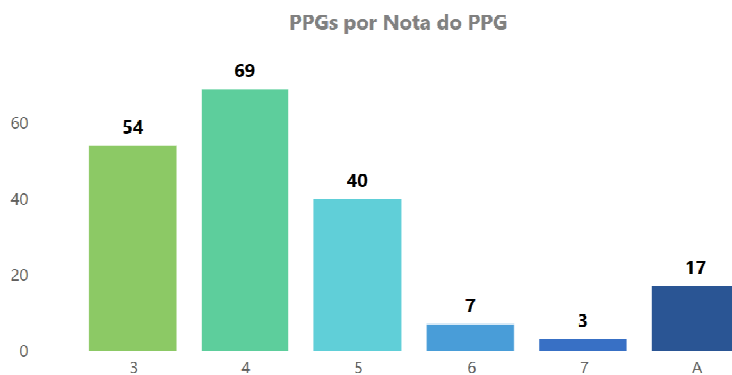
Carvalho e Real (2020), acerca do documento da área da Educação, publicado em 2019, observam que houve uma preocupação em aumentar a interlocução da área com a comunidade acadêmica internacional, numa correlação que apresenta foco nos objetivos do programa, o que, de fato, leva a área a aumentar suas ações indicativas de internacionalização, com interações e pesquisas em redes de pesquisas no exterior, ampliação do número de professores visitantes estrangeiros, orientações em cotutela e projetos com financiamento internacional. Todavia, em comparação com as outras

áreas, são avanços ainda pouco expressivos e que não podem ser implementados e impulsionados apenas pelos programas avaliados ao nível de excelência.

Segundo o Relatório da Avaliação Quadrienal de 2017–Educação (Brasil, 2017, p. 55) os programas avaliados com notas 6 e 7 nesta quadrienal demonstraram alto grau de internacionalização, analisada através dos seguintes critérios: 1. Eventos e cursos internacionais – realização de eventos com professores estrangeiros, recebimento de eventos internacionais e recebimento de cursos de professores estrangeiros; 2. Intercâmbios – participação com ou sem financiamento de professor estrangeiro visitante no Programa, participação de professor do Programa como visitante em universidade estrangeira, realização de mestrado e doutorado sanduíche, coorientação internacional, professores do Programa em Pós-Doutorado Internacional, oferecimento de cursos ou vagas no Programa a estrangeiros e participação de alunos do programa em cursos estrangeiros; 3. Editoração – publicação com parceiros internacionais ou em periódicos internacionais e atuação como editor ou avaliador de periódico internacional; 4. Redes Internacionais – composição de redes ou projetos internacionais de pesquisa; 5. Financiamento e premiações – obtenção de financiamento de agência internacional e premiações internacionais; e, 6. Inserção acadêmica e impacto local da internacionalização – gestão científica de órgão internacional e benefício da internacionalização para a graduação.

O término da quadrienal 2017/2020, o número de quantitativo de programas entre os estratos 6 e 7, sofre uma ínfima alteração, pois apenas um Programa ascendeu ao estrato superior. De onde se pode deduzir, que a maioria dos programas da área de Educação não atenderam aos critérios avaliativos de internacionalização para o alcance e/ou mobilidade ao estrato de excelência acadêmica.

Gráfico 01 – Programas de Pós-graduação em Educação por notas – Brasil 2022

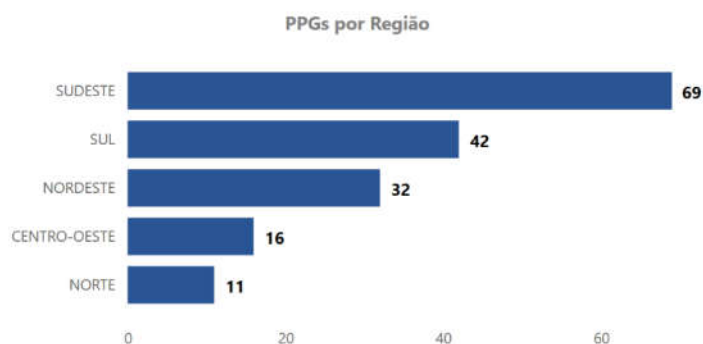


Fonte: Plataforma Sucupira (2023).

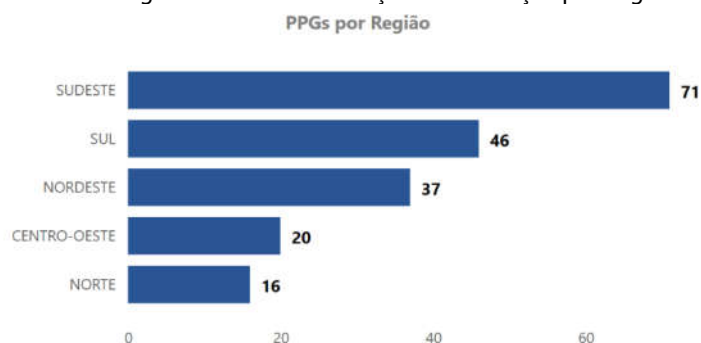
A classificação dos Programas de Pós-Graduação em Educação sofre mudanças após a quadrienal, concluída em 2020, havendo um aumento nos estratos das notas 4 e 5, considerados Programas medianos com fraca internacionalização. O documento da área publicado em 2019 aduz que no início do processo avaliativo, em 2017, 92 programas estavam no estrato da nota 3; 51 no grupo dos de nota 4; 18 com nota 5; e, 10 com notas 6 e 7, demonstrando uma distribuição mais equilibrada nos anos subsequentes, com queda no percentual de programas com nota 3, e aumento dos programas com notas 4 (passando a ser o maior grupo), como se pode observar no Gráfico 01.

Na pesquisa realizada por Jezine (2015), sobre o debate da temática Educação Superior ao realizar um levantamento dos Programas de Pós-Graduação em Educação das Universidades Federais das Regiões Norte e Nordeste constata que, com exceção da Universidade Federal do Acre, todas as instituições possuíam Programas de Pós-Graduação nesta área com cursos de mestrado, mas apenas as Universidades do Pará e do Amazonas tinham o curso de Doutorado na Região Norte, ao passo em que, na Região Nordeste, apenas as Universidades de Alagoas, Sergipe e Maranhão não possuíam o curso de Doutorado em Educação. Todavia, na busca da implementação da inserção internacional e regional dos Programas de Pós-graduação nota-se, na avaliação da quadrienal 2020, uma preocupação como as assimetrias regionais, havendo mudanças quanto ao crescimento de Programas nas Regiões, consideradas de menor desenvolvimento social, conforme segue os gráficos 04 e 05

Gráfico 02 – Programas de Pós-Graduação em Educação por Região - 2016

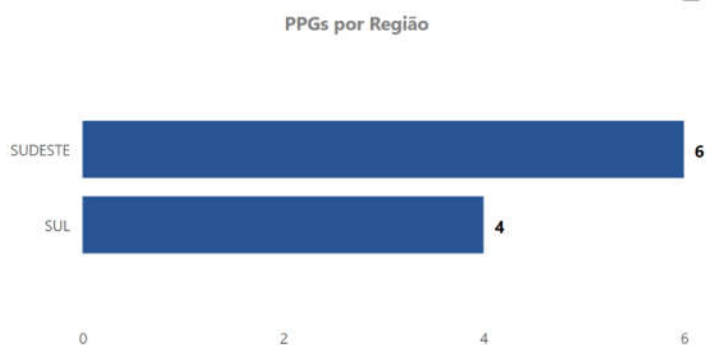


Fonte: Plataforma Sucupira (2023).

Gráfico 03 - Programas de Pós-Graduação em Educação por Região - 2022

Fonte: Plataforma Sucupira (2023).

Todavia, ainda, persistem as assimetrias regionais, principalmente, no que tange avaliação do critério de excelência acadêmica, que tem na internacionalização, seu maior peso. Na última quadrienal 2020, os programas com notas 6 e 7, além de manter-se o quantitativo, preservam-se as regiões Sul e sudeste.

Gráfico 04 - Programas de Pós-Graduação em Educação por Região com notas 6 e 7 - 2022

Fonte: Plataforma Sucupira (2023).

Diante da ausência de valorização social e científica, a Educação tenta manter-se fiel aos seus objetivos epistemológicos que tratam das relações formativas do ser social. Todavia, em um contexto de mercantilização dos processos educativos, a valorização da produtividade, sobretudo em um cenário internacional que, por vezes, dificulta, inclusive, a aplicabilidade local (nacional/regional). Razão, pela qual a área adotou pesos e mecanismos distintos para a implementação e avaliação da internacionalização dos Programas em Educação e outros, conforme a especificidade da área de conhecimento,

JEZINE, E.; BARBOZA, W. A. F.

em que pese os fundamentos dispostos pelo GT de Internacionalização e as diretrizes da CAPES à busca de atender às diretrizes internacionais de regulação e o fazer acadêmico voltado ao produto.

CONCLUSÃO

Educação, como área que possui foco voltado para as práticas educativas/sociais/escolares, sobretudo, no um aspecto local/nacional, costuma ser procurada por uma parte da população que, em geral, aderem a formação de menor *status social*, principalmente no aspecto cultural. A historicidade da construção ideológica da valoração dos profissionais da área da educação, mesmo os que possuem alto nível de formação, no mercado de trabalho de bens e serviços se diferencia dos altos postos do Estado e da qualificação de Bacharéis. Nesse sentido, a consecução da internacionalização, como uma ação inerente à área, ainda, se constitui um desafio.

As recomendações da Comissão do PNPG 2021-2030 acerca de vincular a internacionalização à política das instituições de ensino pesquisa, e às políticas de incentivo das agências de fomento, poderá contribuir para diminuir as assimetrias regionais e promover a inclusão no campo da diversidade acadêmica.

Destarte a educação, em sua natureza e importância educativa, não poderá render-se e/ou limitar-se às relações com o setor produtivo. A inserção internacional deve ser fortemente local, regional, nacional para se constituir internacional. E, a excelência acadêmica, para além das relações internacionais, logra residir no impacto da Pós-graduação na formação em áreas e locais estratégicos do país, bem como na superação dos desafios das desigualdades sociais e regionais. Nesse sentido, o debate do papel social da Pós-Graduação, na relação educação e desenvolvimento, não há de limitar-se às recomendações econômicas, competitividade e distinção. Mas, a garantia do direito ao conhecimento de alto nível acadêmico é socialmente importante para a comunidade local, regional e da nação.

Artigo recebido em: 25/04/2024

Aprovado para publicação em: 29/07/2024

INTERNATIONALIZATION IN THE WAKE OF THE POSTGRADUATE REGULATORY ASSESSMENT IN BRAZIL

ABSTRACT: The text discusses the process of internationalization as an evaluative criterion of academic excellence in Postgraduate Education in Brazil. It starts from the premise that education and socio-economic development are goals and policies on the agenda of globalization and neoliberal policies based on the recommendations of multilateral funding bodies. In this context, it analyzes the evaluation criteria established by the Coordination for the Improvement of Higher Education Personnel (CAPES) to distinguish Postgraduate Programs in Education and regulate the criteria of academic excellence. The data was collected from the Sucupira Platform, based on an analytical approach that demonstrates the classification of programs and regional asymmetries,

with a higher degree of internationalization in programs located in the Southeast and South regions, in line with the economic and social development of the region.

KEYWORDS: Postgraduate Studies; Evaluation; Internationalization.

LA INTERNACIONALIZACIÓN A RAÍZ DE LA EVALUACIÓN REGULATORIA DE POSGRADO EN BRASIL

RESUMEN: El texto discute el indicador de internacionalización como criterio de evaluación de la excelencia académica en la Educación de Posgrado en Brasil. Parte de la premisa de que la educación y el desarrollo socioeconómico son objetivos y políticas de la agenda de la globalización y de las políticas neoliberales basadas en las recomendaciones de los organismos multilaterales de financiación. En este contexto, analiza los procesos de evaluación que establecen criterios de distinción de los Programas de Posgrado en Educación y regulan los criterios de excelencia académica. Utilizando un enfoque analítico, demuestra la clasificación de los programas y las asimetrías regionales. Los datos se recogieron de la Plataforma Sucupira, que muestra un mayor grado de internacionalización en los programas localizados en el Sudeste y Sur, en consonancia con el desarrollo económico y social de la región.

PALABRAS CLAVE: Posgrado; Evaluación; Internacionalización.

NOTAS

1 - A Pesquisa de mestrado, defendida no Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas, Gestão e Avaliação da Educação Superior da Universidade Federal da Paraíba integra o projeto Acesso, Permanência e Evasão na Educação Superior: políticas e práticas nas instituições e trajetórias (Chamada CNPq/MCTI/FNDCT Nº 18/2021 - Faixa B) como parte do Eixo 5 - Acesso e Permanência – Rede Universitatis/BR.

2 - Ver Grupo de Trabalho Internacionalização. Relatório e recomendações. Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/2020-01-03-relatorio-gt-internacionalizacao-pdf>. Acesso em: 16 set. 2023.

3 - Disponível em: <https://sucupira-beta.capes.gov.br/sucupira4/painel/ReportSection5195196f249c6711e140>. Acesso em: 16 set. 2023.

REFERÊNCIAS

BARREYRO, Gladys Beatriz. A avaliação da educação superior em escala global: da acreditação aos rankings e os resultados de aprendizagem. **Revista da Avaliação da Educação Superior**, Campinas, vol. 23, nº 1, p. 5-22, Jan./Abr., 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1414-40772018000100002>. Acesso em: 24 abr. 2024.

JEZINE, E.; BARBOZA, W. A. F.

BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino. Petrópolis: Vozes, 2008.

BRASIL, Ministério da Educação. **Plano nacional de pós-graduação [PNPG] 2011-2020**. Ministério da Educação, Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, Brasília, 2010, Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/aceso-a-informacao/institucional/plano-nacional-de-pos-graduacao-pnpg/plano-nacional-de-pos-graduacao-pnpg-2011-2020>. Acesso em: 24 abr. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. **Documento de Área: Educação**. Ministério da Educação, Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Brasília, 2016. Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/Educao.pdf>. Acesso em: 25 abr. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. **Relatório de Avaliação Quadrienal – Educação**. Ministério da Educação, Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Brasília, 2017. Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/20122017-educacao-relatorio-de-avaliacao-quadrienal-2017-final-pdf>. Acesso em: 15 set. 2023.

BRASIL, Ministério da Educação. **Aprimoramento do processo de avaliação da pós-graduação**. Esclarecimentos a respeito do Qualis Periódico e avaliação da produção intelectual. Ministério da Educação, Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, Brasília, 2019. Disponível em: <https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/>. Acesso em: 24 abr. 2024.

BRASIL. Grupo de Trabalho Internacionalização. **Relatório e recomendações**. Relatório do Grupo de Trabalho Internacionalização – DAV. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Brasília, Ministério da Educação. 2019a. Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/2020-01-03-relatorio-gt-internacionalizacao-pdf>. Acesso em: 16 set. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. **Documento de Área: Educação**. Ministério da Educação, Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, Brasília, 2019b. Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/educacao-pdf>. Acesso em: 24 abr. 2024.

BRASIL, Ministério da Educação. **História e missão**. Ministério da Educação, Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, Brasília, 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br>. Acesso em: 20 abr. 2024.

BRASIL, Ministério da Educação. **Avaliação**. Ministério da Educação, Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, Brasília, 2020a. Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/avaliacao/avaliacao-quadrienal>. Acesso em: 21 ago. 2023.

BRASIL, Ministério da Educação. **Qualis-periódicos**. Ministério da Educação, Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, Brasília, 2020b. Disponível em: <https://www.capes.gov.br/avaliacao/instrumentos-de-apoio/qualis-periodicos-e-classificacao-de-producao-intelectual>. Acesso em: 21 jul. 2023.

CARVALHO, Eliane Souza de; REAL, Giselle Cristina Martins. Internacionalização e seus reflexos na gestão da qualidade da pós-graduação em Educação. **Série-Estudos**, Campo Grande, v. 25, n.54, p. 223-241, 2020. Disponível em: <https://serieucdb.emnuvens.com.br/serie-estudos/article/view/1389>. Acesso em: 21 jul. 2023.

DAHLER-LARSEN, Peter. **The evaluation Society**. Stanford, CA: Stanford Business Books, 2011.

DIAS SOBRINHO, José. Avaliação ética e política em função da educação como direito público ou como mercadoria? **Educação e Sociedade**, Campinas, vol. 25, n. 88, p. 703-725, out. 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/mmDFy9Sk6vHzq7R4hJxWKNk/?lang=pt>. Acesso em: 25 abr. 2024.

GIDDENS, Anthony. **As Conseqüências da Modernidade**. São Paulo. Ed. Unesp. 1991. IANNI, Otavio. As Ciências Sociais na Época da Globalização, s/d. Disponível: <http://www.iea.usp.br/publicacoes/textos>. Acesso em: 07 set. 2023.

JEZINE, Edineide. O debate da temática Política de Educação Superior. In. JEZINE, Edineide; CASTELO BRANCO, U. V.; NAKAMURA, P. H. **Políticas de acesso à Educação Superior e os desafios da inclusão social**. João Pessoa, PB: Editora UFPB, 2015.

LIMA, Licínio C.; AZEVEDO, Mário Luiz Neves de; CATANI, Afrânio Mendes. O Processo de Bolonha, a avaliação da educação superior e algumas considerações sobre a universidade nova. **Avaliação**, Campinas/Sorocaba, v. 13, n. 1, p. 7-36, mar. 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/aval/a/sLRcDpTf78bbDW45wrW98Js/?lang=pt>. Acesso em 25 abr. 2024.

PAIVA, Flavia Melville e BRITO, Silvia Helena Andrade de. O papel da avaliação CAPES no processo de internacionalização da Pós-Graduação em Educação no Brasil (2010-2016). **Avaliação**: Revista da Avaliação da Educação Superior, Campinas, v. 24, n. 2, p. 493-512, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/aval/a/H5Pb8KZnvZrkqHDscV5JpLy/?lang=pt>. Acesso em 25 abr. 2024.

SILVA JUNIOR, João dos Reis; e KATO, Fabíola Grello. PNPG (2011-2020): certificação em massa, internacionalização e mercantilização do conhecimento. In: SILVA JUNIOR, João dos Reis; CATANI, Afrânio Mendes; CHAVES, Vera Jacob. **Conseqüências da**

JEZINE, E.; BARBOZA, W. A. F.

mundialização da universidade pública brasileira Pós-graduação, trabalho docente, profissionalização e avaliação. São Paulo: Xamã, 2012. p. 11-28.

SPRING, Joel. **Como as corporações globais querem usar as escolas para moldar o homem para o mercado.** Tradução de Ana Júlia Galvan. Campinas-SP: Vide Editorial, 2018.

SUCUPIRA, Newton. Antecedentes e primórdios da pós-graduação. **Forum Educa.** Rio de Janeiro, 4 (4): 3-18, out./dez. 1980.

THIENGO, Lara Carlette; BIANCHETTI, Lucídio. Universidade de Classe Mundial e a ideologia da excelência: tendências globais e locais. **Educação em Perspectiva**, Viçosa, MG, v.9, n.1, p. 241-258, maio/ago. 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufv.br/educacaoem perspectiva/article/view/7055>. Acesso em: 25 abr. 2024.

UNESCO – United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization. **Policy paper for change and development in higher education.** Paris: UNESCO, 1995. Disponível em: http://specialcollections.nust.na:8080/greenstone3/library/sites/localsite/collect/unesco/index/assoc/HASH015d.dir/Policy_paper_for_change_and_development_in_higher_education.pdf;jsessionid=9AE70B336C21F5C359216569192FC642%3E. Acesso em: 25 abr. 2024.

EDINEIDE JEZINE: Pós-doutora em Educação pela Universidade Lusófona de Humanidade e Tecnologias (UHLT) e a Universidade de Lisboa (UL). Doutora em Sociologia pela Universidade de Pernambuco (UFPE). Docente do Programa de Pós-Graduação em Educação e do Programa de Pós-graduação em Políticas, Públicas, Gestão e Avaliação da Educação Superior. Bolsista produtividade Pq2 (CNPq).
Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-0180-0347>
E-mail: edjezine@gmail.com

WLLY ANNE FEITOSA BARBOZA: Graduada em Direito pelo Centro Universitário de João Pessoa (Unipê) como mestrado em Políticas Públicas, Gestão e Avaliação da Educação Superior pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Assistente em Administração da Universidade Federal da Paraíba.
Orcid: <https://orcid.org/0009-0001-9360-7711>
E-mail: wlllyannie@hotmail.com

Este periódico utiliza a licença *Creative Commons Attribution 4.0*, para periódicos de acesso aberto (*Open Archives Initiative - OAI*).